

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.309.872 - MS (2018/0144132-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : BGF EMPREENDIMENTOS LTDA  
**ADVOGADOS** : MOZART VILELA ANDRADE - MS004737  
MOZART VILELA ANDRADE JUNIOR - MS017191  
CAROLINA DUTRA BALSANELLI - MS018360  
**AGRAVADO** : LEONARDO SIQUEIRA FERREIRA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL E MATERIAL. FURTO DE MOTOCICLETA EM ESTACIONAMENTO DE SHOPPING CENTER. PROCEDÊNCIA. ARTS. 489 E 1022 DO NCPC. OMISSÃO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO INEXISTENTES. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

LEONARDO SIQUEIRA FERREIRA (LEONARDO) ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra SHOPPING DAS ARARAS (SHOPPING), em virtude do furto de sua veículo dentro do estacionamento do requerida.

O pedido foi julgado improcedente, sendo o autor condenado ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 1.500,00, suspensa a exigibilidade suspendo, na forma do art. 98, § 3º, do NCPC, por ser esse beneficiário da gratuidade da justiça.

O Tribunal a quo reformou a sentença para julgar procedente o recurso de apelação de LEONARDO, nos termos da ementa a seguir transcrita:

*APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – PRELIMINAR – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS EM SEDE RECURSAL – IMPOSSIBILIDADE – MÉRITO – FURTO DE VEÍCULO DENTRO DO ESTACIONAMENTO DE EMPREENDIMENTO COMERCIAL – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTABELECIMENTO – DANO MORAL CONFIGURADO – RESSARCIMENTO DO DANO MATERIAL.*

1. *Controvérsia centrada na discussão sobre preliminarmente: a) a possibilidade de juntada de documentos novos em sede recursal, e no mérito b) a responsabilidade civil da empresa-ré pelo furto do veículo do autor.*
2. *Se os documentos "novos" apresentados em sede recursal não se enquadram no disposto do art. 435, CPC/15, tais documentos não devem ser conhecidos.*
3. *Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Por sua vez, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. (artigos 187 e 927 do CC/2002).*
4. *Em se tratando de furto de veículo em estacionamento de estabelecimento comercial, quando há legítima expectativa de segurança em relação ao local, a responsabilidade do estabelecimento está configurada, assentando-se o nexo de imputação na frustração da confiança a que fora induzido nas pessoas que ali estacionam, independentemente se são consumidores das lojas ali situadas ou funcionários e se realizaram ou não alguma compra no estabelecimento comercial.*
5. *No caso, o dano material está comprovado, consistente no valor do veículo que foi furtado. O dano moral também está configurado, pois é inegável o abalo emocional suportado pela vítima que foi tolida de utilizar um bem de sua propriedade.*
6. *Apelação conhecida e provida (e-STJ, fls. 174/175).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 221/233).

Irresignada, BGF EMPREENDIMENTOS LTDA EPP (BGF), atual denominação do SHOPPING DAS ARARAS, interpôs recurso especial, com fundamento nos arts. 489 e 1022 do NCPC.

Sustentou, em suma, a existência de omissão e falta de fundamentação no acórdão, que, ao reformar a sentença, partiu de premissa equivocada, pois não há provas nos autos que indiquem que o estacionamento onde o veículo foi roubado não possui "razoável expectativa de segurança", o que afastaria a responsabilidade do empreendimento comercial.

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem ante a inexistência de omissão no julgado (e-STJ, fls. 262/277).

Nas razões do seu agravo, a insurgente afirmou que seu recurso merece trânsito, uma vez que remanesce ponto omissos no acórdão, o qual deve ser sanado (e-STJ, fls. 281/290).

Foi apresentada contraminuta (298/306).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta provimento.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**(1) Da alegada ofensa aos arts. 489 e 1022 do NCPC**

No que concerne à alegada omissão e falta de fundamentação, depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida.

Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

No caso dos autos, o recorrente alegou a existência de omissão no acórdão, que deixou de se manifestar acerca pontos indispensáveis ao desate da controvérsia, notadamente quanto à falta de segurança do estacionamento em que fora deixado o veículo de LEONARDO.

Contudo, ao contrário do alegado, o Tribunal a quo, se manifestou, expressamente, pelo tema relativo à segurança do estacionamento, o fazendo ante as seguintes razões:

*Com efeito, o ordenamento positivo vigente prevê que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Por sua vez, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. (artigos 187 e 927 do CC/2002).*

*Logo, o direito perseguido pelo apelante subordina-se à presença dos seguintes requisitos: dano, conduta ilícita culposa/dolosa do agente e nexo de causalidade entre a conduta e o dano.*

[...]

*Na espécie, está comprovado que a moto Yamaha 125, ano 2008, de propriedade do autor-apelante foi furtada nas dependências do estacionamento do empreendimento da empresa-ré, no dia 16/03/2013 (f. 13-15). Portanto, é incontroverso o dano suportado pelo requerente.*

*O conjunto fático-probatório dos autos indica que havia, por parte do funcionário, legítima expectativa de segurança em relação ao estacionamento que fica dentro do empreendimento comercial da empresa-ré, tanto é que estacionava o seu veículo no local rotineiramente, conduta, aliás, que é praticada por vários funcionários que trabalham nas lojas situadas no empreendimento.*

*As testemunhas arroladas indicam que o estacionamento fica dentro do empreendimento comercial, possui câmeras de segurança e vigilantes. As fotos juntadas pelo autor também evidenciam que o local possui grades de proteção (f. 17).*

*Assim, o local inspira razoável sensação de segurança nas pessoas que ali estacionam, gerando uma expectativa de proteção.*

*Em razão disso, a responsabilidade do estabelecimento está configurada, assentando-se o nexo de imputação na frustração da confiança a que fora induzido nas pessoas que ali estacionam, independentemente se são consumidores das lojas ali situadas ou funcionários e se realizaram ou não alguma compra no estabelecimento comercial.*

[...]

*Desse modo, demonstrada a conduta omissiva ilícita praticada pela ré, consistente na inadequada/insuficiente vigilância do veículo do autor, o que possibilitou o seu furto, impõe-se o reconhecimento da responsabilidade civil da requerida.*

*Deve ser rechaçada a tese da ré sobre a ocorrência de culpa exclusiva ou concorrente do autor, visto que não há indícios de que o requerido facilitou o furto pela ausência de mecanismos de segurança.*

*Logo, tem-se que o evento danoso ocorreu por culpa da requerida, que por omissão e negligência, possibilitou o furto da moto do autor.*

*Sendo assim, restando comprovada a conduta omissiva da apelada, bem como os danos causados ao apelante, inegável o dever de reparação (e-STJ, fls. 180/183, sem destaque no original).*

Como se vê das razões acima, houve, na Corte de origem, manifestação clara e suficiente acerca do sistema de segurança e monitoramento do estacionamento do SHOPPING, não havendo, assim, falar em omissão, quanto ao tema.

Assim, tendo a Corte de origem adotado fundamentação clara e suficiente para reformar a sentença e julgar procedente a ação indenizatória ante o reconhecimento da responsabilidade da demandada pelo furto de veículo no interior de seu estacionamento, mostra-se desnecessário que o Magistrado rebata, um a um, os argumentos apresentados pela parte.

Verifica-se, pois, que a Corte de origem dirimiu a controvérsia de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da embargante, não havendo que se falar em violação do art. 1022 do NCPC.

Nessas condições, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Majoro para 15% (quinze por cento) os honorários advocatícios fixados em desfavor BGF EMPREENDIMENTOS LTDA EPP

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator